

Sumário

CAPÍTULO 1 ▶ Do Procedimento Relativo aos Processos da Competência do Tribunal do Júri

19

Introdução	19	Participação em automutilação (Lei 13.968/19)	27
Origem histórica do Júri.....	19	Genocídio	29
O Júri no Brasil	20	Crimes contra a economia popular e Lei de Imprensa.....	31
O Júri de ontem	21	Exceções.....	31
O Júri de hoje	21	Lei n. 13.491/2017 – a ampliação da competência da Justiça Militar e demais consequências	32
Princípios constitucionais que regem o Júri	22	Competência da Justiça Militar da União para crimes dolosos contra a vida	34
Plenitude da defesa.....	22	Competência da Justiça Militar dos Estados para crimes dolosos contra a vida	34
Sigilo das votações.....	24	<i>Ratio legis</i>	35
Soberania dos veredictos	25		
Soberania dos veredictos e o sistema do juiz das garantias.....	25		
Mitigação ao princípio da soberania.....	26		
Competência mínima	27		

CAPÍTULO 2 ▶ Da Acusação e da Instrução Preliminar

37

Arts. 406 a 412

Introdução	37	Características da prova testemunhal.....	48
Procedimento bifásico	37	Inexistência de restrição quanto à condição da pessoa.....	49
Sistema trifásico?	37	Impedimentos.....	50
Citação	38	Obrigação de depor.....	50
Citação por meio eletrônico.....	38	Ressalvas	51
Número de testemunhas.....	39	Exceções. Pessoas não obrigadas a depor.....	51
Projeto original (PL nº 4.203/01)	39	Impedidos.....	51
Inovações do Projeto de Lei nº 4.203/01 que não foram recepcionadas na redação final da reforma de 2008.....	40	Função.....	52
Prova documental	42	Ministério	52
Justificações	42	Ofício	52
Exceções.....	43	Profissão.....	52
Resposta do acusado	44	Advogado.....	52
Prazo para oitiva de testemunhas.....	44	Parlamentar	53
Audiência una	44	Médico	53
Ofendido. Conceito.....	44	Jornalista.....	53
Natureza jurídica	45	Psicólogo.....	53
Valor probatório	45	Generalidades	53
Contraditório nas declarações do ofendido.	46	Liberação pela parte interessada.....	54
Prova testemunhal. Conceito	47	Criminalização da conduta	54
Valor probatório	47	Abuso de Autoridade	54
Classificação	48	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	54

Requisição, pelo Delegado, de ação cautelar de antecipação de produção de provas	57	Aditamento da queixa pelo Ministério Público	81
Reconhecimento. Definição	60	Prazo para o aditamento.....	82
Valor probatório	61	Negativa do promotor em aditar a denúncia .	82
Reconhecimento pessoal ou fotográfico e inobservância do art. 226 do CPP.....	61	Nova redação do art. 28 do CPP	83
Outros meios de reconhecimento	64	Aditamento.....	83
Reconhecimento em plenário do Júri.....	64	A <i>mutatio libelli</i> não vincula o juiz na sentença	83
Reconhecimento de coisas	65	Rejeição do aditamento	84
Acareação. Definição.....	65	Debates em audiência	87
Pressupostos	66	Princípio da oralidade.....	87
Valor probatório	66	Memoriais. Ressalva.....	88
Esclarecimentos dos peritos.....	78	Não adiamento do ato como regra geral	89
Audiência.....	78	Testemunha que comparece.....	89
Indeferimento de provas.....	79	Autos conclusos para sentença	90
<i>Mutatio libelli</i>	80	Prazo para encerramento desta fase do processo	90
O aditamento é necessário qualquer que seja a pena imposta ao novo delito cogitado na <i>mutatio libelli</i>	81	A extinção do libelo	91
Elemento ou circunstância da infração penal.....	81	Críticas.....	92
		Pontos positivos.....	92

CAPÍTULO 3 ▶ Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária 95

Arts. 413 a 421

Pronúncia	95	Inovação trazida com a reforma do júri de 2008.....	112
Existência do crime	95	Impronúncia.....	114
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio.....	96	Novas provas	114
Indícios de autoria.....	96	Críticas à impronúncia	115
O <i>in dubio pro societate</i> no rito especial do júri	97	Nossa posição.....	116
Pronúncia fundada exclusivamente em elementos informativos obtidos na fase inquisitorial.....	100	Impronúncia e crimes conexos.....	118
Teor da sentença de pronúncia	104	Juiz das garantias no tribunal do júri.....	118
Nulidade decorrente do excesso de linguagem	104	Despronúncia	118
Desentranhamento dos autos	105	Absolvição sumária. Introdução.....	119
Necessidade de fundamentação.....	105	Decisão de mérito.....	119
Dispositivo legal	105	Distinção entre impronúncia e a absolvição sumária	119
Exclusão de qualificadoras	105	Cabimento.....	120
Qualificadoras	106	Excepcionalidade da absolvição sumária	120
Causa de diminuição de pena	106	Constitucionalidade	121
Concurso de crimes	106	Inimputabilidade	121
Crimes conexos.....	106	Semi-imputabilidade.....	122
Recurso contra a pronúncia	107	Absolvição sumária e crimes conexos	123
Legitimidade	107	Apelação	125
Assistente e legitimidade para o recurso	107	Extinção do chamado recurso obrigatório contra a sentença de absolvição sumária.....	126
Fiança	111	Legitimidade para a apelação contra a sentença de impronúncia.....	127
Prisão decorrente da pronúncia	112	Legitimidade para a apelação contra a sentença de absolvição sumária.....	128

Réu.....	128	Legitimidade para o recurso. Acusação.....	136
Assistente	128	Assistente	136
Pessoas não incluídas na denúncia.....	129	Intimação da pronúncia.....	138
Ressalva	129	Sistema anterior	138
Recusa quanto ao aditamento.....	130	Sistema atual.....	138
<i>Emendatio libelli</i>	130	<i>Nemo tenetur se detegere</i>	138
Momento de aplicação da <i>emendatio libelli</i>	131	Prazo do edital	139
Aplicação do princípio em grau de recurso....	131	Preclusão da decisão de pronúncia	141
Desclassificação. Definição	134	Circunstância superveniente.....	141
Juiz que recebe o feito	135	Decisão.....	142
Recurso cabível contra a desclassificação.....	135		

CAPÍTULO 4 ▶ Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário 143

Arts. 422 a 424

Rol de testemunhas	143	Juntada de documentos e requerimento de diligências.....	146
Testemunha criança ou adolescente.....	143	Ordenamento do processo	147
Assistente de acusação	144	Relatório	148
Cláusula de imprescindibilidade	145	Processo preparado	148
Número de testemunhas em plenário.....	145		
Vítima.....	146		

CAPÍTULO 5 ▶ Do Alistamento dos Jurados 149

Arts. 425 e 426

Sorteio e convocação dos jurados	149	Urna fechada	152
Número de jurados.....	149	Jurado profissional	152
Seleção dos jurados	150	Lista de jurados.....	153
Critério na seleção dos jurados.....	150		

CAPÍTULO 6 ▶ Do Desaforamento 155

Arts. 427 e 428

Introdução	155	Inadmissibilidade do pedido	166
Conceito.....	155	Trata-se de medida judicial	166
Críticas	155	Atraso na realização do julgamento.....	167
Quando é necessário	156	Revisão da necessidade da prisão provisória	167
Requisitos	156	Demora acarretada pela defesa.....	168
Interesse da ordem pública	156	Pedido do réu	169
Dúvida sobre a imparcialidade dos jurados ...	157	Cautela	169
Dúvida sobre a segurança pessoal do acusado	158	<i>Numerus clausus</i>	169
Deslocamento da competência.....	158	Desaforamento, crimes conexos e concurso de agentes	169
Processamento	162	Alcance.....	170
Órgão julgador do pedido	163	<i>Habeas corpus</i> e desaforamento.....	170
Oitiva do Ministério Público em 2º grau	164	Desaforamento e posterior execução da pena	170
Efeito suspensivo	164	Reaforamento.....	170
Manifestação do juiz e das partes.....	165		

CAPÍTULO 7 ▶ Da Organização da Pauta 173

Arts. 429 a 431

Ordem do julgamento.....	173	Admissão do assistente.....	176
Exceções.....	173	Oitiva do Ministério Público.....	176
Publicação da pauta.....	174	Irrecorribilidade.....	176
Assistente e advogado.....	174	Prazo para recorrer.....	176
Função do assistente.....	174	Intimações.....	180
Habilitação do assistente.....	175		

CAPÍTULO 8 ▶ Do Sorteio e da Convocação dos Jurados 181

Arts. 432 a 435

Sorteio.....	181	Convocação.....	182
--------------	-----	-----------------	-----

CAPÍTULO 9 ▶ Da Função do Jurado 183

Arts. 436 a 446

Jurado.....	183	Ainda perduraria a prisão especial para o jurado?.....	192
Requisitos objetivos.....	184	A presunção de idoneidade moral.....	193
Isenção do maior de 70 anos.....	184	Prisão especial.....	193
Idade mínima.....	184	Preferência em licitações, em concursos públicos e na promoção ou remoção funcional.....	194
Requisitos subjetivos.....	185	Obrigações.....	195
Vedação à discriminação.....	186	Falta sem justificação e multa.....	196
Jurado analfabeto.....	186	Comunicação quanto à falta.....	196
Recusa imotivada.....	188	Decisão quanto à dispensa do jurado.....	196
Hipóteses de isenção.....	189	Suplentes.....	197
Obrigatoriedade.....	190		
Convicção religiosa, filosófica ou política....	190		
Escusa de consciência.....	190		
Privilégios do jurado.....	191		

CAPÍTULO 10 ▶ Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença 199

Arts. 447 a 452

Suspeição ou impedimento.....	199	Juiz que atuou no feito anteriormente.....	202
Especificidades do Júri.....	199	Entrevista à imprensa.....	203
Impedimento do juiz aplicável ao jurado.....	200	Parte ou interessado no feito.....	204
Causas de impedimento do juiz.....	200	Causas de suspeição do juiz (aplicáveis ao jurado).....	204
Rol taxativo.....	200	Amizade íntima.....	204
Causas de impedimento do juiz (aplicáveis ao jurado).....	200	Inimizade capital.....	205
Cônjuge.....	201	Processo por fato análogo.....	205
Parentesco por consanguinidade.....	201	Quando ele ou parente promova ou responda processo que tenha que ser julgado por qualquer das partes.....	205
Parentesco por afinidade.....	201	Aconselhamento de qualquer das partes.....	205
Linha reta.....	201	Credor, devedor, tutor e curador.....	206
Linha colateral.....	201	Sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.....	206
Grau de parentesco.....	201		
Síntese.....	201		
Juiz como testemunha.....	201		

Foro íntimo	206	Influência do voto do jurado impedido ou suspeito	214
Comunicação a órgão superior.....	207	Participação em segundo julgamento.....	214
Juizes coletivos e incompatibilidades	207	Ordem de manifestação de suspeição ou impedimento	215
Impedimentos	212	<i>Quorum</i> mínimo.....	215
Casuística.....	213	Outro Júri no mesmo dia	215
Manifestação espontânea do jurado ou provocada pela parte.....	213		

CAPÍTULO 11 ▶ Da Reunião e das Sessões do Tribunal do Júri

217

Arts. 453 a 472

Reunião e sessões.....	217	<i>Quorum</i> mínimo.....	229
Isenção e dispensa	217	Mínimo de 15 jurados.....	229
Pedido de adiamento formulado pelas partes.....	218	Esclarecimento sobre impedimento, suspeição e incompatibilidade.....	230
Ausência do Ministério Público	218	Incomunicabilidade	231
Ausência do advogado	220	<i>Ratio legis</i>	231
Ausência do réu solto.....	221	Razoabilidade na interpretação do conceito de incomunicabilidade.....	231
Ausência do assistente	222	Sorteio dos jurados e recusas	233
Ausência do advogado do querelante	222	Recusas motivadas	233
Ausência do réu preso.....	223	Recusas imotivadas ou peremptórias.....	233
Condução coercitiva do acusado.....	224	Críticas à recusa peremptória	234
Desobediência.....	226	Posição favorável à recusa peremptória.....	234
Proibição de desconto	226	Assistente de acusação	235
Separação das testemunhas.....	226	Recusas em caso de mais de um réu.....	236
Ausência da testemunha.....	227	Desacolhimento da recusa	237
Precatória.....	227	Estouro da urna	237
Abertura do julgamento	228	Compromisso do jurado.....	237
Pregão	228		

CAPÍTULO 12 ▶ Da Instrução em Plenário

239

Arts. 473 a 475

Oitiva da vítima e de testemunhas	239	Destinatários da prova	246
<i>Cross-examination</i>	239	Perguntas dos jurados.....	247
Filtro pelo juiz.....	240	Imprescindibilidade	247
Sistema tradicional.....	240	Interrogatório e as alterações trazidas pela Lei nº 10.792/03.....	248
Perguntas dos jurados.....	240	Contraditório no interrogatório?	249
Falso testemunho em plenário.....	241	Ordem de perguntas	250
Retratção.....	242	Uso de algemas	251
Acareação	242	Regulamentação do tema	252
Reconhecimento.....	243	Influência do uso de algemas para o jurado... ..	253
Esclarecimentos do perito	243	Textos internacionais	253
Leitura de peças	243	Fixação de um critério mais objetivo.....	254
Sistema anterior	243	Réu solto	254
Sistema atual.....	244	Réu preso	254
Carta precatória	244	Conclusão	255
Prova cautelar.....	244	Revitimização e violência institucional	256
Prova antecipada.....	244	Registro dos atos probatórios.....	259
Prova não repetível.....	244		
Interrogatório.....	246		

CAPÍTULO 13 ▶ Dos Debates 261

Arts. 476 a 481

Ordem das falas	261	Argumento de autoridade	279
Manifestação da acusação	261	<i>Numerus clausus</i>	279
Pedido de absolvição	261	Constitucionalidade do dispositivo	280
Queixa-crime	263	Exibição e leitura de documentos em plenário	284
Manifestação da defesa	263	Leitura de doutrina e jurisprudência	285
Acordo entre as partes	265	A exibição proibida, sem a prévia comuni- cação da parte contrária, é do documento	
Posição ocupada pelo Promotor de Justiça em plenário	266	que guarde pertinência com a causa	285
Reinquirição de testemunhas	269	Ciência à parte adversa	285
Réplica e tréplica	270	Nulidade relativa	286
Tréplica sem réplica?	270	Prova documental. Introdução	286
Inovação na tréplica	271	Conceito de documento	286
Argumentação a favor da possibilidade de inovação	271	Classificação	287
Nosso posicionamento contra a possibilidade inovação	272	Valor probatório	287
Conclusão	275	Casuística	287
<i>Ratio legis</i>	277	Indicação da folha dos autos referida no discurso	291
Menção à pronúncia	277	Recolhimento dos jurados à sala secreta	291
Menção ao uso de algemas	277	Acesso aos autos	293
Menção ao silêncio do réu	278	Dissolução do Conselho de Sentença	293
Críticas	278	Prova pericial	295
Padrão de discurso	278		

CAPÍTULO 14 ▶ Do Questionário e sua Votação 297

Arts. 482 a 491

Quesitação	297	Qual a natureza da qualificadora do feminicídio?	314
Ordem de quesitação	299	De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio?	315
Desclassificação	301	Absolvição por clemência e julgamento contrário à prova dos autos	319
Tentativa	301	Quesitos em séries	329
Divergência sobre a tipificação do delito	301	Leitura dos quesitos	331
Formulação do quesito	302	Encaminhamento à sala especial	332
Pluralidade de teses defensivas	302	Votação	333
Tese negativa de autoria	305	Recolhimento dos votos	334
Não apreciação do excesso culposo	306	Maioria	335
Inimputabilidade	307	Contradição nas respostas	335
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio	309	Termo	337
Feminicídio	309		
Pode figurar como vítima do feminicídio pessoa transexual?	311		

CAPÍTULO 15 ▶ Da Sentença 339

Arts. 492 e 493

Sentença no júri	339	Concurso entre circunstâncias judiciais favoráveis e desfavoráveis	346
Fixação da pena privativa de liberdade	342	Segunda fase de aplicação da pena	348
Primeira fase de aplicação da pena	345		

Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes.....	349	Prisão imediata do réu condenado ao cumprimento de pena igual ou superior a 15 anos.....	366
Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?	349	Concurso de crimes	368
Ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes.....	349	Lei no tempo	368
Das agravantes	350	O alcance do princípio da soberania do Júri e a apelação.....	369
As agravantes sempre agravam a pena?.....	350	O alcance do princípio da soberania do Júri e a revisão criminal	369
As agravantes incidem em todos os crimes?..	350	Efeitos penais da condenação	372
Das atenuantes	351	Efeitos extrapenais genéricos.....	372
As atenuantes sempre reduzem a pena?	351	Confisco dos instrumentos e produtos do crime	372
As atenuantes incidem em todos os crimes?..	352	E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	373
Terceira fase de aplicação da pena.....	353	Efeitos extrapenais específicos.....	373
Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	354	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	374
Concurso (homogêneo) de causas de diminuição	355	Efeitos administrativos da condenação	374
Regime inicial de cumprimento de pena	356	Efeitos políticos da condenação	374
Regime fechado	356	Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela....	377
Regime semiaberto.....	357	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.....	378
Regime aberto	357	Soltura imediata do réu	378
Critérios para fixação do regime	358	Revogação das medidas restritivas.....	379
Pena de reclusão	358	Sentença absolutória imprópria.....	380
Regime fechado	358	Outras consequências	381
Regime semiaberto.....	358	Isenção de custas	381
Regime aberto.....	358	Devolução da fiança	381
Leis especiais	359	Desclassificação	381
Pena de detenção	359	Desclassificação própria	381
Regime de cumprimento de pena do índio....	359	Desclassificação imprópria.....	382
Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher.....	360	Crimes de menor potencial ofensivo	382
Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	360	Suspensão condicional do processo.....	383
Reparação do dano.....	361	Crimes conexos.....	384
Fixação da reparação decorrente do dano (art. 387 do CPP).....	362	Leitura da sentença.....	385
Valor mínimo.....	362	Intimação quando o réu esteve ausente do plenário	385
Condenado ao cumprimento de pena inferior a 15 anos.....	365		
CAPÍTULO 16 ▶ Da Ata dos Trabalhos			387
Art. 494 a 496			
Ata da sessão de julgamento	387	Rol exemplificativo.....	389
Conteúdo	388	Prazo e sanções	390
Presunção de veracidade	388		
CAPÍTULO 17 ▶ Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri			391
Art. 497			

Atribuições do Juiz. Introdução	391	Funções processuais	393
Funções de polícia	391	Poder de polícia	395
Menores no julgamento	392	Função decisória	395
Funções processuais	392	Apartes	395
Funções decisórias	392		

CAPÍTULO 18 ▶ Apelação contra Decisões do Júri 397

Art. 593

Introdução	397	Alcance da decisão	402
Fundamentação vinculada	398	<i>Reformatio in pejus</i>	402
Hipóteses de cabimento	399	<i>Reformatio in pejus</i> indireta no júri	403
Nulidade posterior à pronúncia	399	Correção da pena	408
Sentença do juiz contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	400	Novo júri apenas uma vez mais	409
Erro ou injustiça na aplicação da pena	400	Apelação pelo Ministério Público	410
Decisão manifestamente contrária à prova dos autos	401	Motivo	410

CAPÍTULO 19 ▶ Revisão Criminal contra Decisões do Júri 413

Revisão criminal	413	Revisão criminal contra decisões do júri	423
Introdução	413	Efeitos da sentença	423
Conceito	414	Modificação da pena	424
Natureza jurídica	414	Nulidade do processo e <i>non reformatio in pejus</i>	424
Revisão criminal <i>pro societate</i>	415	Reestabelecimento dos direitos	425
Cabimento	416	Medida de segurança	425
Hipóteses de admissibilidade	417	Efeito extensivo	425
Legitimidade	420		
Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de Revisão Criminal	421		

Índice 431

ANEXO ▶ Modelos dos quesitos 435

1. Questionário simples: art. 121, “caput”, c.c. o art. 14, Inc. II, ambos do CP	435	7. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, Incs. I e IV, do CP + falso testemunho ocorrido em plenário	443
2. Questionário simples: art. 121, § 2º, Inc. II, do CP	436	8. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, Incs. III e V, e art. 213, ambos do CP	445
3. Questionário simples: art. 121, § 2º, Inc. IV, c.c. o art. 121, § 4º, ambos do CP	437	9. Questionário simples: art. 121, § 2º, Inc. III, do CP + semi-imputabilidade ..	447
4. Questionário simples: art. 121, §§ 1º. e 2º, Inc. IV, do CP	438	10. Questionário simples: art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, Inc. II (tentativa branca), ambos do CP	448
5. Questionário em série (mais de um réu): art. 121, § 2º, Incs. II e IV, do CP....	439	11. Questionário simples: art. 121, “caput”, do CP (com tese de desclassificação para crime culposo)	449
6. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, Incs. I e IV, e art. 250, § 1º, Incs. I e II, “a”, ambos do CP....	441	12. Questionário simples: art. 122 do CP....	450
		13. Questionário simples: art. 123 do CP....	451